CRH SANTA JOANA E
SANTA MARIA DO DOCE

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê da Região Hidrográfica Santa Joana e Santa Maria do Doce, no dia dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, realizou-se, de forma virtual, a reunião da Diretoria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Santa Maria do Doce – CRH SJSMD. Antônio da Silva Ferreira iniciou a reunião e apresentou Juliana Vilela Pinto, nova integrante do apoio técnico da Secretaria Executiva da AGEDOCE. Juliana Vilela Pinto se apresentou e informou que será responsável pela área de apoio aos comitês, prestando suporte institucional e auxiliando na elaboração de documentos, organização e condução das reuniões, convocação dos conselheiros, estruturação das pautas e demais atividades relacionadas à Secretaria Executiva. Informou, ainda, que passará a realizar o chamamento dos conselheiros para as próximas reuniões, bem como prestar apoio na elaboração e implementação de normativas relacionadas às diárias, ao ENCOB e demais atividades, buscando oferecer um suporte mais integral aos comitês. Na sequência, Alex Cardoso Pereira, Superintendente Regional da AGEDOCE, filial da AGEVAP, com sede em Governador Valadares, fez uso da palavra e destacou o Termo de Cooperação firmado com a Secretaria de Meio Ambiente do Espírito Santo, em conjunto com a AGERH, com vigência de um ano, destinado à atuação da AGEDOCE como Secretaria Executiva dos comitês e afluentes do Rio Doce. Informou que as atividades tiveram início no mês de agosto, contemplando inicialmente demandas mais urgentes e algumas reuniões de diretoria, bem como o apoio à participação de membros no ECOB. Relatou que alguns membros já receberam auxílio de custo proveniente dos recursos previstos no referido Termo de Cooperação, possibilitando a participação em eventos no Estado do Espírito Santo, junto aos demais comitês da Bacia do Rio Doce e em eventos de âmbito nacional, especialmente o ENCOB, previsto para ocorrer em dezembro, na cidade de Fortaleza. José Carlos Loss Júnior, representante da Prefeitura de Colatina, deu as boas-vindas a Juliana Vilela Pinto e Alex Cardoso Pereira e questionou sobre a possibilidade de implantação de uma unidade descentralizada da AGEDOCE no Espírito Santo, sugerindo o município de Colatina em razão de sua localização estratégica. Ressaltou, contudo, a necessidade de observância das limitações orçamentárias e questionou também sobre a possibilidade de criação de uma escola de projetos. Alex Cardoso Pereira esclareceu que, no momento, não há possibilidade de implantação de uma sede física da AGEDOCE no Espírito Santo, em razão das limitações orçamentárias, uma vez que a medida poderia resultar na redução de recursos destinados aos comitês, o que não estaria de acordo com o objetivo principal do Termo de Cooperação. Informou, entretanto, que serão buscadas parcerias para viabilizar um ponto de

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 1 / 7

apoio destinado à alocação de estagiários, considerando que já existe previsão orçamentária para essas vagas. A definição do local onde os estagiários serão alocados ainda será discutida. Quanto à escola de projetos, Alex Cardoso Pereira informou que a iniciativa não está contemplada no Termo de Cooperação, mas que isso não impede a possibilidade de desenvolvimento de uma escola de projetos vinculada ao CBH Doce, de âmbito federal. Para tanto, seria necessário estabelecer um alinhamento com o comitê federal, com o objetivo de buscar uma universidade parceira. Informou, ainda, que há recursos destinados à capacitação dos membros dos comitês, sendo intenção buscar uma instituição de ensino do Espírito Santo para a realização dessas capacitações. José Carlos Loss Júnior solicitou que fossem informadas as necessidades estruturais para o funcionamento do espaço de apoio, como computadores, acesso à internet, entre outros, e se colocou à disposição para entrar em contato com universidades para tratar da possibilidade de recebimento dos estagiários. Antônio Ferreira ponderou que, considerando a previsão de duas vagas para estagiários, a questão deverá ser discutida com os demais comitês, a fim de avaliar a possibilidade de uma estrutura centralizada ou descentralizada, ficando a decisão a cargo da Diretoria Colegiada, em conjunto com os comitês. Em seguida, foi realizada a verificação de quórum. Antônio Ferreira informou que a ata da reunião anterior ainda não estava disponível para apreciação, por não ter sido concluída. Ananda Coutinho foi questionada acerca da existência de alguma instituição habilitada nos processos eleitorais realizados desde a última plenária até o momento. Ananda Coutinho informou que Welder Hintz da Silva, representante da Sanear, deveria tomar posse. Antônio Ferreira realizou a posse de Welder Hintz da Silva, e, posteriormente, questionou sobre a situação atual das vacâncias. Ananda Coutinho informou que, no segmento dos usuários, há uma vaga de suplência e, no segmento da sociedade civil, há quatro vagas de suplência. Antônio Ferreira solicitou que a tabela de vacâncias fosse preenchida por segmento, para posterior divulgação das vagas disponíveis e recomposição da Comissão Eleitoral. Informou, ainda, sobre algumas saídas ocorridas e destacou a necessidade de indicação de um representante dos usuários e um representante do poder público, questionando se algum dos presentes teria interesse em integrar a comissão. Foi informado, também, que serão constituídas quatro Câmaras Técnicas, além da Comissão Eleitoral, sendo desejável a participação de representantes dos três segmentos. José Carlos Loss Júnior, representante da Prefeitura de Colatina, e Fábio Zanotti manifestaram interesse em participar da Comissão Eleitoral, enquanto João Evangelista Alves, representante da sociedade civil, informou que permanecerá integrando a comissão. Na sequência, foi

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 2 / 7

informado que a discussão referente à interlocução com a Diretoria do CBH Doce ficaria suspensa, considerando que o membro da diretoria que participaria da reunião não pôde comparecer em razão de incompatibilidade de agenda. Quanto à organização das Câmaras Técnicas, Antônio Ferreira sugeriu a criação de duas câmaras, destinadas ao acompanhamento do PIRH e do convênio com a AGEDOCE, bem como à integração das demais demandas, buscando otimizar o trabalho e evitar sobreposição de atividades. Juliana Vilela Pinto sugeriu a criação de uma Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, destinada ao acompanhamento do plano de enquadramento e das demais questões relacionadas aos instrumentos de gestão da política de recursos hídricos. Sugeriu, ainda, que a Câmara Técnica de Integração fosse responsável pelo acompanhamento da formação das demais câmaras, pelas cobranças e pelo acompanhamento do PIRH e do convênio, além de atuar na integração das ações relacionadas ao Espírito Santo. Antônio Ferreira concordou com a criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e destacou que seu foco principal seria o acompanhamento das questões relacionadas à cobrança. Arestides Otaviano de Oliveira Júnior, representante da sociedade civil, e Fábio Zanotti, representante dos usuários, manifestaram interesse em participar. Antônio Ferreira informou, ainda, que consultaria Welder Hintz da Silva, do IF de Santa Teresa, representante da sociedade civil, acerca de seu interesse. Juliana Vilela Pinto destacou a necessidade de elaboração de uma Deliberação Normativa para regulamentar o funcionamento da Câmara Técnica. Na sequência, João Evangelista, representante da sociedade civil, manifestou interesse em integrar a outra Câmara Técnica. Ficou definido que será realizado chamamento, com estabelecimento de prazo para que os interessados manifestem sua intenção de participar, sendo aprovada, inicialmente, a criação das câmaras, com posterior definição de sua composição. A criação da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão foi submetida à votação, realizada por aclamação, com registro de eventual abstenção ou voto contrário, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, a criação da Câmara Técnica de Integração também foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Ficou definido que posteriormente será elaborado o documento normativo destinado a regulamentar o funcionamento das câmaras e formalizar sua composição, a ser submetido à aprovação na próxima plenária do comitê. Foi ressaltado que a regulamentação deverá ser realizada de forma conjunta com os demais comitês. Em relação à revisão do Regimento Interno, foi informado que os trabalhos serão iniciados pelos membros da Diretoria, com o apoio da AGEDOCE, buscando identificar pontos que possam ser aprimorados e adequados à evolução dos

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 3 / 7

modelos de comunicação e funcionamento do comitê. As propostas posteriormente serão apresentadas para apreciação e aprovação. Foi solicitado aos membros que realizem a leitura do Regimento Interno e encaminhem suas observações, para posterior envio ao setor jurídico. Nilo Tardin questionou sobre o andamento do convênio com a Renova. Antônio Ferreira esclareceu que o comitê não mantém mais tratativas com a instituição, considerando que a Renova não existe mais. Nilo Tardin sugeriu a elaboração de um memorial, citando como exemplo a visita realizada por João à nascente do Santa Maria. Antônio Ferreira informou que essa é uma pretensão futura e que, gradualmente, serão adotadas as providências necessárias. Na sequência, foi discutida a situação de restrição do uso dos recursos hídricos na bacia, especialmente em relação ao Rio Santa Joana. Foi apresentado material gráfico demonstrando a situação crítica dos rios quanto à disponibilidade e fluidez da água. Considerando a integração entre as bacias, foi apresentada proposta de deliberação envolvendo os rios Santa Joana e Santa Maria do Doce. Durante as discussões, foram apresentadas questões relacionadas à irrigação, com sugestão de que sua regulamentação fosse organizada por afluentes, bem como preocupações quanto à qualidade da água, buscando evitar a paralisação do abastecimento público. Também foram discutidas questões relacionadas às barragens, diferenciando-se as captações realizadas diretamente no curso d'água daquelas provenientes de barragens. Foi ressaltado que, quando a barragem possui outorga, esta estabelece regras a serem observadas, inclusive em situações de escassez hídrica, nas quais poderá ser necessário restringir a retenção de água, ainda que o produtor rural tenha realizado investimentos para constituir sua reserva. Pedro Murilo sugeriu que as decisões fossem tratadas separadamente, enquanto Antônio Ferreira defendeu a manutenção das decisões de forma conjunta. Pedro Murilo apresentou diversas considerações sobre a minuta, que serão posteriormente analisadas e alinhadas. Entre as sugestões apresentadas, destacou-se a alteração da forma de referência ao volume de água, buscando utilizar uma nomenclatura mais adequada e dinâmica. Nilo Tardin destacou a necessidade de realização de um inventário para identificar a quantidade de bombas existentes ao longo dos rios Santa Joana e Santa Maria, bem como verificar os respectivos pontos de outorga e o cumprimento das disposições previstas no decreto, considerando que atualmente não há um levantamento consolidado dessa realidade. Após as discussões, a minuta de deliberação foi submetida à votação, considerando as ressalvas e sugestões apresentadas pelos membros. Juliana Vilela Pinto conduziu a votação da Deliberação do CRH Santa Maria do Doce e Santa Joana, que dispõe sobre medidas de restrição de uso,

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 4 / 7

prioridades de alocação, incentivo ao uso racional e adoção de tabelas de vazões para enfrentamento da escassez hídrica nas bacias dos rios Santa Joana e Santa Maria do Doce. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi discutida a possibilidade de realização de visita técnica à região hidrográfica, tendo sido sugerida a suspensão da pauta. Nilo Tardin retomou a discussão sobre a alteração da denominação do comitê, de CRH para CBH, questionando a possibilidade de alteração considerando que o comitê abrange duas bacias. Antônio Ferreira informou que a decisão quanto à nomenclatura já havia sido tomada, sendo considerada mais adequada a denominação CBH dos Rios. Informou, ainda, que restava encaminhar o ofício ao CERH solicitando a alteração e que, após a aprovação, a mudança seria formalizada por meio de decreto do Governo do Estado, sem alteração da região de abrangência. Na sequência, foi tratada a participação do comitê no ENCOB 2026. Antônio Ferreira informou que já havia consultado, no grupo de WhatsApp, os membros interessados em participar do evento, tendo sido estabelecido que participarão um representante de cada segmento e o presidente do comitê. Juliana Vilela Pinto apresentou os critérios previstos na normativa para definição dos participantes, esclarecendo que, caso o diretor não possa comparecer, sua vaga será destinada a outro membro da Diretoria. Em relação aos representantes dos segmentos, havendo mais de um interessado, a prioridade será destinada aos membros que ainda não tenham participado do evento. Em caso de empate, será considerado o membro com maior frequência nas reuniões do comitê e, persistindo o empate, aquele com maior tempo de participação no comitê. Foi ressaltada, ainda, a necessidade de observância dos critérios relativos às diárias e à participação no evento, bem como da apresentação posterior de devolutiva à plenária. Os critérios para participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB, com utilização dos recursos provenientes do Termo de Cooperação, foram submetidos à votação. Antônio Ferreira declarou sua abstenção, em razão de exercer a presidência e ser diretamente beneficiado pela decisão. Os critérios foram aprovados. Juliana Vilela questionou sobre a Deliberação Normativa referente à participação no ECOB, especialmente quanto aos membros que já haviam participado anteriormente. Antônio Ferreira sugeriu que a matéria fosse tratada na próxima reunião ordinária. Juliana questionou, ainda, se havia alguma demanda urgente relacionada às diárias e destacou a importância de que os conselheiros tivessem conhecimento da normativa. Antônio solicitou que o documento fosse encaminhado em formato PDF, em razão do horário de almoço, e informou que, havendo urgência, poderia ser avaliada a possibilidade de adoção de ato ad referendum, posteriormente

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 5 / 7

submetido à validação da plenária. A Deliberação Normativa nº 05, referente à participação do comitê no ECOB, foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Por fim, foi discutida a utilização dos recursos previstos no Termo de Cooperação, no valor de aproximadamente R$ 1,3 milhão, a serem distribuídos entre os quatro comitês, considerando a nova dinâmica decorrente da atuação da AGEDOCE como Secretaria Executiva. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às onze horas e cinco minutos. Antônio Ferreira pediu desculpas pela extensão da reunião e agradeceu à equipe da AGERH pelo empenho na elaboração da deliberação aprovada na mesma data, referente ao uso dos recursos hídricos na bacia. Agradeceu especialmente a Ananda Coutinho, destacando sua participação e solicitando que permaneça atuante junto ao comitê durante a atuação da AGEDOCE como Secretaria Executiva. Por fim, pediu desculpas a Ananda Coutinho e Fábio Fardin por não terem aparecido na fotografia do ECOB e desejou a todos um bom final de semana.

(assinado eletronicamente)
ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA
Presidente do CBH SJSMD

2026-7DRGH6 - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 29/10/2026 14:37 PÁGINA 6 / 7

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANTONIO DA SILVA FERREIRA
CHEFE DE POLO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO
O-PST - CESAN - GOVES
assinado em 29/10/2026 14:37:30 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 29/10/2026 14:37:30 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANANDA BERMUDES COUTINHO (AGENTE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HIDRICOS-AGERH - COEPS - AGERH - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2026-7DRGH6